

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.424 - DF
(2010/0173289-7)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO
ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO
ADVOGADO : TIAGO PIMENTEL SOUZA E OUTRO(S) - DF015243
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : RITA MARTINS FERREIRA SILVA E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de execução em mandado de segurança ajuizada pelo SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO contra a UNIÃO.

Em março/2011, a executada, intimada a apresentar as fichas financeiras para possibilitar o prosseguimento da execução, apontou questão de ordem requerendo a suspensão dos autos em razão de ter sido celebrado acordo entre as partes (fls. 89-112), com a qual o exequente concordou (fls. 119).

Por determinação da então Presidente da Terceira Seção, Ministra Laurita Vaz, foi determinada, nos autos de registro 2010/0173386-0, a suspensão de todas as execuções e embargos à execução lastreados no acórdão concessivo da segurança no MS 10.424/DF (fl. 116).

Passados aproximadamente 6 anos desde a suspensão, não foi confirmada a celebração do acordo para o grupo de substituídos desse registro e também não foi retomada a tramitação dos autos pelas partes (fl. 129), sendo intimadas a se manifestar (fls. 131-132).

A executada não se opôs ao prosseguimento do feito, desde que o Sindicato desse impulso à execução. Não houve manifestação do exequente.

A União foi intimada para os fins do art. 535 do Código de Processo Civil e apresentou a impugnação de fls. 149-156.

Intimado a se manifestar, mais uma vez o exequente deixou transcorrer o prazo.

É o relatório.

DECIDO.

Ao que se observa dos autos, mesmo provocada a retomar o prosseguimento da execução em decisão publicada em 30/05/2017, a parte exequente permaneceu inerte.

Diante do exposto, **determino a intimação pessoal** do Sindicato nos

Superior Tribunal de Justiça

termos do § 1º do art. 485 do Código de Processo Civil, sob pena de extinção da execução por inércia (art. 485, II, do CPC).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção

